

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

DIREITO PENAL ESPECIAL

TOMO 1

DOUGLAS FISCHER

Organizador

Brasília-DF
2014



ESMPU

série pós-graduação
volume 3

Série Pós-Graduação
DIREITO PENAL ESPECIAL

Uma publicação da ESMPU
SGAS Av. L2 Sul Quadra 604 Lote 23, 2º andar
70200-640 — Brasília-DF
Tel.: (61) 3313-5107 — Fax: (61) 3313-5185
Home page: <www.escola.mpu.mp.br>
E-mail: <editoracao@escola.mpu.mp.br>

© Copyright 2014. Todos os direitos autorais reservados.

Secretaria de Atividades Acadêmicas

Nelson de Sousa Lima

Divisão de Apoio Didático

Adriana Ribeiro Ferreira

Supervisão de Projetos Editoriais

Lizandra Nunes Marinho da Costa Barbosa

Preparação de originais e revisão de provas

Maiara Geórgia Sena de Melo

Núcleo de Programação Visual

Rossele Silveira Curado

Projeto gráfico e capa

Rossele Silveira Curado

Tiragem: 3.500 exemplares

As opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União

D598 Direito penal especial: Tomo I / Organizador : Douglas Fischer ; colaboradores :
Carlos Magno Araújo Júnior ... [et al.]. – Brasília : ESMPU, 2014.

394 p. - (Série pós-graduação ; v.3)

ISBN 978-85-88652-70-5

Disponível também em *e-book* sob o ISBN 978-85-88652-71-2

1. Direito penal especial. 2. Interrogatório – processo penal. 3. Videoconferência.
4. Mandado de prisão – aspectos constitucionais. 5. Súmula Vinculante. 6. Princípio da
insignificância - Brasil. 7. Cartel – aspectos jurídicos. 8. Sonegação fiscal - Brasil. 9. Violência
contra a mulher – legislação – Brasil. 10. Ministério Público. 11. Investigação criminal.
12. Lei de responsabilidade fiscal. I. Fisher, Douglas. II. Série.

CDD 341.5

Sumário

Apresentação Eugênio Pacelli de Oliveira	11
Prefácio Douglas Fischer	13
Interrogatório por videoconferência no processo penal: perspectivas constitucionais e a Lei n. 11.900/2009 Carlos Magno Araújo Júnior	19
Uso de algemas e a Súmula Vinculante n. 11 do Supremo Tribunal Federal Cleuber Delano José Lisbôa Filho	63
Aplicação do princípio da insignificância do crime de descaminho Eider Nogueira Mendes Neto	83
Competência penal no crime de cartel Erika Meneses Sayd	123
Crime do art. 1º, <i>caput</i>, da Lei n. 8.137/1990 e o julgamento do Habeas Corpus n. 81.611 pelo Supremo Tribunal Federal Giselle Aguiar Santos de Chantal	165
A efetividade da tutela jurídico-penal nas lesões corporais de natureza leve pelo novo modelo de intervenção estatal previsto na Lei Maria da Penha Helder Valadares Durães	231

Atuação do Ministério Público na investigação criminal

Marcelo Vasconcelos de Góis

271

**A efetividade da Lei n. 10.028, de 19.10.2000,
no que se refere aos delitos contra as finanças públicas**

Márcio Gomes da Silva

325